



CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO BANCO VERMELHO PARA O COMBATE À MISOGÍNIA E AO FEMINICÍDIO EM ARAGUAÍNA-TO¹

CONTRIBUTIONS OF THE BANCO RED MOVEMENT TO COMBAT MISOGYNY AND FEMINICIDE IN ARAGUAÍNA-TO

Aline Aparecida Benedito de ALENCAR²
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: alineaalencar@outlook.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-6563-7525>

Severina Alves de ALMEIDA³
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: sissi@faculadefacit.edu.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5903-6727>

Jocirley de OLIVEIRA⁴
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: oliveiraaraguina2013@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

RESUMO

Idealizado por mulheres que vivenciaram experiências traumáticas relacionadas ao feminicídio, o Movimento Banco Vermelho é um projeto internacional iniciado na Itália em 2016, que rapidamente se expandiu para países como Espanha, Áustria, Austrália, Argentina e Brasil. Este estudo objetiva analisar as ações do Movimento Banco Vermelho em Araguaína - TO, abordando dois momentos metodológicos principais: uma revisão bibliográfica e uma pesquisa empírica conduzida na Secretaria Especial Municipal da Mulher (SEMUL) e na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Araguaína. Desenvolvido no contexto de um Curso de Bacharelado em Direito, o trabalho fundamenta-se em documentos institucionais e visa promover

¹ Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP-FACIT, avaliado e aprovado conforme CAAE: 83554724.8.0000.8408 e Parecer Consubstanciado 7.117.202 de 02 de outubro de 2024.

² Acadêmica do 10^o Período do Curso de Graduação Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências do Tocantins - FACIT. alineaalencar@outlook.com ORCID <https://orcid.org/0009-0005-6563-7525>

³ Pós - Doutora em Letras, Língua e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. sissi@faculadefacit.edu.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5903-6727>.

⁴ Pós Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. E-mail: oliveiraaraguina2013@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4126-0091>.

reflexões que reconheçam o feminicídio e a misoginia como problemas coletivos. Os resultados esperados incluem a divulgação de dados que incentivem a conscientização social, especialmente entre mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Feminicídio. Misoginia. Banco Vermelho. Araguaína. violência doméstica.

ABSTRACT

Created by women who experienced traumatic encounters with femicide, the Red Bench Movement is an international project launched in Italy in 2016, which quickly expanded to countries such as Spain, Austria, Australia, Argentina, and Brazil. This study aims to analyze the actions of the Red Bench Movement in Araguaína-TO through two methodological phases: a bibliographic review and an empirical study conducted at the Municipal Secretariat for Women (SEMUL) and the Women's Specialized Police Department (DEAM) in Araguaína. Developed within the framework of a Bachelor of Law program, this research relies on institutional documents to foster discussions that frame femicide and misogyny as collective issues. Expected outcomes include disseminating data to raise public awareness, particularly among women in situations of domestic and family violence.

Keywords: Femicide. Misogyny. Red Bench. Araguaína. Domestic violence.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, em suas múltiplas formas, constitui uma grave violação dos direitos humanos e um desafio persistente para a sociedade contemporânea. O feminicídio, enquanto expressão extrema dessa violência, é marcado por sua crueldade e ocorre em um contexto de desigualdades estruturais e de relações de poder assimétricas.

No Brasil, a tipificação do feminicídio como crime hediondo pela Lei nº 13.104/2015 representou um avanço jurídico importante, mas o enfrentamento a essa problemática exige ações que vão além da legislação, envolvendo tanto a conscientização social quanto a implementação de políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, iniciativas que unem símbolos de impacto e mobilização social têm emergido como ferramentas poderosas para engajar a sociedade e sensibilizar a

população sobre a gravidade do feminicídio. Uma dessas iniciativas é o Movimento Banco Vermelho, criado na Itália em 2016 e expandido para outros países.

No Brasil, a partir de 2022, o movimento ganhou adesão em diversas cidades, inclusive em Araguaína-TO, onde tem se integrado às ações locais de enfrentamento à violência de gênero. A proposta do Banco Vermelho transcende a simples instalação de bancos em espaços públicos: trata-se de uma estratégia que busca provocar reflexões, homenagear as vítimas e fortalecer o compromisso coletivo com a luta contra a violência.

A realidade de Araguaína-TO reflete muitos dos desafios enfrentados no Brasil no que se refere ao combate à violência contra a mulher. Com indicadores alarmantes de violência doméstica e familiar, o município conta com importantes instituições, como a Secretaria Especial Municipal da Mulher (SEMUL) e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). No entanto, a naturalização da misoginia e as barreiras culturais e sociais muitas vezes dificultam a eficácia dessas iniciativas, evidenciando a necessidade de estratégias inovadoras e colaborativas.

Este artigo propõe-se a apresentar como o Movimento Banco Vermelho contribui para a conscientização e o combate ao feminicídio em Araguaína-TO, considerando sua articulação com as políticas públicas e a receptividade da comunidade local. Para tanto, utilizou-se uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica e análise empírica, buscando compreender tanto os aspectos simbólicos quanto práticos dessa iniciativa. A análise explora, ainda, os impactos do movimento na ampliação do debate público e na transformação cultural necessária para o enfrentamento da misoginia.

A escolha do Movimento Banco Vermelho como objeto de estudo fundamenta-se em sua relevância enquanto ferramenta de mobilização social e na sua capacidade de dialogar diretamente com as questões centrais do feminicídio. Além de funcionar como memorial às vítimas, a iniciativa tem o potencial de gerar impacto educativo e de engajar diversos atores sociais, desde gestores públicos até cidadãos comuns. No caso de Araguaína, a parceria com instituições locais reforça a relevância dessa análise no contexto regional.

Com esta investigação, espera-se não apenas evidenciar o alcance e os desafios do Movimento Banco Vermelho em Araguaína, mas também contribuir para o debate

sobre a importância de iniciativas simbólicas no enfrentamento à violência de gênero. O artigo busca, assim, oferecer subsídios para o fortalecimento das políticas públicas e para o desenvolvimento de estratégias que promovam a valorização da vida das mulheres e o combate à misoginia em suas múltiplas dimensões.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa, pautada em sua capacidade de explorar fenômenos sociais e culturais complexos, como o feminicídio e a misoginia, em seus aspectos simbólicos e institucionais. De natureza interdisciplinar, o estudo integrou conhecimentos das áreas do Direito, Sociologia e Políticas Públicas, buscando compreender as interações entre o Movimento Banco Vermelho e o contexto sociocultural de Araguaína-TO.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a análise. Foram selecionadas obras e artigos científicos que abordam violência de gênero, feminicídio, misoginia e movimentos sociais, assim como documentos que contextualizam o surgimento e a expansão do Movimento Banco Vermelho. Essa etapa possibilitou identificar lacunas no conhecimento existente e direcionar as investigações empíricas.

A pesquisa também incluiu uma análise documental, com a coleta e exame de legislações, relatórios institucionais e materiais produzidos pela Secretaria Especial Municipal da Mulher (SEMUL) e pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Araguaína. Esses documentos forneceram informações sobre as ações realizadas no município e o papel das instituições locais no enfrentamento à violência de gênero.

Para complementar a abordagem teórica, realizou-se um trabalho de campo, configurando a pesquisa como empírica. Esta etapa envolveu visitas à SEMUL e à DEAM, locais nos quais o Movimento Banco Vermelho foi implementado, a fim de observar as ações promovidas e coletar dados qualitativos. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com representantes dessas instituições e outros atores sociais envolvidos na iniciativa, buscando compreender suas percepções sobre o impacto e a relevância do movimento.

Por envolver seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP-FACIT), respeitando as exigências éticas necessárias à realização da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi utilizado para garantir que os participantes compreendessem os objetivos do estudo e concordassem em contribuir voluntariamente.

Por fim, os dados coletados foram analisados mediante uma abordagem descritiva e interpretativa, conectando as informações obtidas no campo às teorias e documentos revisados. Esse processo possibilitou compreender de forma ampla e integrada como o Movimento Banco Vermelho contribui para o combate ao feminicídio e à misoginia em Araguaína-TO, bem como identificar desafios e possibilidades de aprimoramento das ações locais.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO, FEMINICÍDIO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

A compreensão das múltiplas dimensões que envolvem o feminicídio e a misoginia requer uma abordagem interdisciplinar, que integre aspectos históricos, jurídicos, sociais e culturais. Esses fenômenos, que se expressam como formas extremas de violência de gênero, estão enraizados em estruturas de desigualdade e relações de poder que atravessam a sociedade.

No enfrentamento dessa realidade, emergem movimentos sociais que buscam sensibilizar a população e promover mudanças culturais, como o Movimento Banco Vermelho. Neste capítulo, analisam-se os fundamentos teóricos e os contextos que sustentam a pesquisa, abrangendo a violência de gênero como fenômeno estrutural, o feminicídio no Brasil, o papel dos movimentos sociais no combate à misoginia e os significados e impactos do Banco Vermelho como estratégia de conscientização.

Violência de Gênero: Uma Realidade Estrutural

A violência de gênero é uma das manifestações mais recorrentes e devastadoras das desigualdades sociais, sendo entendida como qualquer ato ou conduta que cause sofrimento físico, psicológico, sexual ou econômico a uma pessoa em razão de seu gênero. Essa violência transcende episódios isolados e individuais, configurando-se como um problema estrutural que perpassa todas as esferas da sociedade.

De acordo com Saffioti (2004),

A violência de gênero está intimamente relacionada à construção histórica e cultural das relações de poder, nas quais mulheres são sistematicamente subjugadas. Essa dinâmica reflete uma lógica patriarcal que estrutura as desigualdades de gênero, naturalizando práticas de dominação e exclusão. Assim, a violência contra a mulher torna-se uma manifestação concreta das relações assimétricas de poder que perpassam as sociedades (Saffioti, 2004, p. 77).

Assim, a raiz estrutural dessa violência encontra suporte nas tradições patriarcais, que naturalizam a subordinação das mulheres e legitimam comportamentos abusivos. Essa dinâmica perpetua-se por meio de práticas culturais, como a desvalorização do trabalho feminino, a objetificação do corpo da mulher e a propagação de estereótipos de gênero.

Como afirma Bourdieu (2002):

A violência simbólica está tão profundamente enraizada na cultura que se torna invisível, sendo reproduzida por meio de práticas cotidianas e discursos normativos que reforçam a dominação masculina. Essa violência opera de forma sutil, moldando subjetividades e consolidando hierarquias de gênero sem que seus mecanismos sejam facilmente percebidos. Como resultado, as relações de poder acabam naturalizadas, dificultando a resistência ou a contestação por parte dos dominados (Bourdieu, 2002, p. 90).

Nesse sentido, a perpetuação da violência de gênero reflete-se também nas desigualdades institucionais, como a dificuldade de acesso à justiça, a revitimização em delegacias e tribunais e a insuficiência de políticas públicas efetivas. Esses fatores evidenciam a conivência de estruturas sociais e jurídicas que, ao falharem em proteger as vítimas, reforçam o ciclo de violência.

Segundo Schraiber et al. (2008) argumenta que:

A violência de gênero é um fenômeno complexo, multifacetado e amplamente tolerado pelas instituições sociais. Ao mesmo tempo em que é invisibilizada em muitos contextos, é vivida de forma intensa pelas mulheres, especialmente as que se encontram em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica e cultural (Schraiber et al, 2008, p. 134).

Essa naturalização também está presente no discurso midiático, que muitas vezes banaliza ou sensacionaliza casos de violência contra mulheres, desviando o foco das causas estruturais. Tal prática reforça a ideia de que a violência é um problema

individual, ao invés de uma questão social que demanda ações coletivas e institucionais.

Para Butler (2020):

A vulnerabilidade das mulheres à violência é uma condição política, decorrente de estruturas que negam sua agência e direitos fundamentais. Essa condição é perpetuada por sistemas que normalizam a desigualdade de gênero, tornando a violência um mecanismo de controle social. Assim, as mulheres são frequentemente reduzidas a posições de subordinação, enfrentando barreiras que limitam seu acesso à justiça e à cidadania plena (Butler, 2020, p. 145).

É importante destacar que a violência de gênero não se limita à violência física. Outras formas, como violência psicológica, moral e patrimonial, também são marcadores dessa problemática. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) trouxe avanços significativos ao ampliar as definições de violência doméstica e familiar, mas desafios persistem na sua aplicação, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam que, apesar do aumento das denúncias, os índices de violência contra a mulher permanecem alarmantes, indicando que medidas punitivas, por si só, são insuficientes.

Nesse contexto, o enfrentamento à violência de gênero exige uma transformação cultural profunda, que vá além das ações punitivas e promova a conscientização e a educação em igualdade de gênero.

Segundo Heise (1998):

A violência contra as mulheres é alimentada por um sistema de crenças e normas sociais que toleram ou justificam atos abusivos. O verdadeiro enfrentamento dessa problemática requer a desconstrução dessas crenças por meio de políticas educacionais, campanhas de conscientização e ações comunitárias (Heise, 1998, p. 49).

Portanto, a violência de gênero, enquanto realidade estrutural, exige ações intersetoriais e contínuas para sua erradicação. É necessário articular políticas públicas, ações sociais e o engajamento da sociedade civil para combater as raízes históricas e culturais dessa problemática. Ao abordar o tema, a presente pesquisa reconhece que a transformação dessa realidade passa, necessariamente, pela

desconstrução das relações de poder assimétricas e pela construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Feminicídio no Brasil: Aspectos Legais e Sociais

O feminicídio, definido como o homicídio de mulheres em razão do gênero, é uma das formas mais extremas de violência contra a mulher. No Brasil, esse crime foi tipificado pela Lei nº 13.104/2015, que o incluiu no Código Penal como uma circunstância qualificadora do homicídio. Essa legislação representou um marco na luta pelos direitos das mulheres, reconhecendo formalmente a gravidade do problema e a necessidade de um enfrentamento mais eficaz. “A lei, no entanto, vai além da punição, buscando também sensibilizar a sociedade para as motivações de gênero que tornam as mulheres vulneráveis ao assassinato” (Schraiber et al, 2008, p. 185).

A tipificação do feminicídio reflete uma tentativa de dar visibilidade à violência de gênero e às desigualdades estruturais que a alimentam. Dados do Atlas da Violência (2023) revelam que o Brasil ocupa uma posição alarmante no ranking de feminicídios mundiais, com taxas que permanecem altas, mesmo após a aprovação da lei. Esses números evidenciam a insuficiência de medidas legais isoladas e destacam a necessidade de políticas públicas integradas que atuem nas causas do problema, como a misoginia e a naturalização da violência contra a mulher.

Além dos fatores legais, o feminicídio possui profundas implicações sociais. Muitas dessas mortes ocorrem em contextos de violência doméstica, um ambiente em que as vítimas frequentemente enfrentam múltiplas barreiras para buscar ajuda.

Segundo Schraiber et al. (2008):

As dinâmicas de violência doméstica muitas vezes isolam a mulher, dificultando sua percepção sobre a gravidade da situação e sua capacidade de romper com o ciclo de violência. Esse isolamento, aliado ao medo e à dependência emocional ou econômica, coloca muitas mulheres em risco extremo (Schraiber et al, 2008, p. 189).

Outro aspecto preocupante é a subnotificação dos casos de feminicídio. Embora o termo tenha ganhado maior reconhecimento, muitos crimes ainda são registrados como homicídios comuns, mascarando a motivação de gênero. Isso reflete falhas nos sistemas de segurança pública e justiça, bem como a resistência de algumas instituições em adotar uma perspectiva de gênero em suas análises.

Segundo Lima e Bueno (2020), a capacitação de agentes públicos é essencial para a correta identificação e investigação desses crimes. Os autores enfatizam ainda que:

A relação entre o feminicídio e as desigualdades sociais é outro ponto central. Mulheres negras, periféricas e com baixa escolaridade estão entre as maiores vítimas, evidenciando a interseccionalidade como um fator agravante. Esses dados reforçam a importância de abordar o feminicídio como uma questão de justiça social, considerando as múltiplas opressões que amplificam as vulnerabilidades. A violência contra as mulheres negras é atravessada por uma dupla discriminação, de gênero e raça, que expõe suas vidas a riscos mais altos e a uma maior negligência estatal (Lima e Bueno, 2020, p. 89).

Ainda que o feminicídio tenha raízes sociais profundas, sua prevenção depende de um sistema jurídico que funcione de forma eficaz. A Lei Maria da Penha, por exemplo, é um instrumento complementar importante, ao estabelecer medidas protetivas e prevenir a escalada da violência.

No entanto, como aponta Carneiro (2011):

Sua implementação enfrenta desafios como a falta de infraestrutura em delegacias especializadas e a demora na concessão de medidas protetivas. Para que o combate ao feminicídio seja efetivo, é necessário fortalecer essas redes de apoio e proteção (Carneiro, 2011, p. 90).

Assim, o enfrentamento do feminicídio no Brasil exige uma abordagem multidimensional, que combine ações legislativas, sociais e educacionais. A conscientização da população, a capacitação de profissionais da segurança e a ampliação das políticas públicas de proteção são passos fundamentais nesse processo.

Movimentos Sociais como Estratégias de Combate à Misoginia

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e no combate à misoginia, oferecendo uma resistência organizada às estruturas patriarcais que sustentam a discriminação e a violência contra as mulheres. Esses movimentos articulam demandas sociais, políticas e culturais, buscando transformar as condições que perpetuam a subordinação feminina. Desde o século XIX, com as primeiras ondas feministas, até as mobilizações contemporâneas, os

movimentos de mulheres têm influenciado mudanças legislativas e culturais significativas.

O Brasil tem se destacado por sua diversidade de movimentos sociais voltados ao enfrentamento da misoginia. A exemplo disso, organizações como a Marcha Mundial das Mulheres e o Movimento #MeToo têm chamado a atenção para o impacto da violência de gênero em suas várias formas. Esses movimentos utilizam tanto ações presenciais, quanto estratégias digitais para ampliar a conscientização e pressionar autoridades. “[...] os movimentos sociais contemporâneos têm se reinventado a partir das novas tecnologias, utilizando redes sociais para mobilizar e engajar públicos que antes não tinham acesso direto às discussões políticas” (Gohn, 2014, p. 122).

O impacto desses movimentos é evidenciado não apenas na esfera política, mas também na cultural. Eles desafiam narrativas que naturalizam a misoginia e educam a sociedade sobre a importância de respeitar os direitos das mulheres.

Segundo Ribeiro (2017):

Movimentos sociais não apenas contestam as estruturas de poder, mas também constroem novas subjetividades, desafiando estereótipos de gênero e reimaginando o papel da mulher na sociedade. É nesse espaço que se dá a transformação cultural que sustenta mudanças legislativas e institucionais (Ribeiro, 2017, p. 39).

Um exemplo emblemático é o Movimento Banco Vermelho, que utiliza símbolos e intervenções públicas para destacar a gravidade do feminicídio. Surgido na Itália em 2016, o movimento se expandiu internacionalmente, ganhando espaço em diversos países, incluindo o Brasil.

Bancos vermelhos instalados em praças e espaços públicos atuam como memoriais às mulheres assassinadas, enquanto campanhas educativas associadas buscam conscientizar a população sobre a misoginia estrutural que alimenta tais crimes.

Os movimentos sociais têm promovido a articulação entre diversos segmentos, conectando pautas de gênero com questões de raça, classe e orientação sexual. Essa abordagem interseccional tem sido fundamental para tornar as lutas feministas mais inclusivas e representativas. “A interseccionalidade permite entender como múltiplas formas de discriminação se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão que exigem soluções igualmente complexas” (Crenshaw, 1989, p. 89).

Os movimentos sociais também desempenham um papel de vigilância sobre o Estado, exigindo a implementação de políticas públicas e a responsabilização de governos em relação à violência de gênero. Por meio de protestos, campanhas e monitoramento de políticas, esses movimentos têm conseguido manter o tema na agenda pública e assegurar que os direitos das mulheres sejam protegidos.

Segundo Beauvoir (1970):

A libertação das mulheres não pode ser delegada inteiramente ao Estado ou às instituições. São as próprias mulheres, organizadas em movimentos sociais, que lideram a luta por sua emancipação, desafiando as normas e instituições que as oprimem (Beauvoir, 1970, p. 171).

Portanto, os movimentos sociais são instrumentos indispensáveis no combate à misoginia, atuando em diversas frentes para promover mudanças estruturais, culturais e legislativas. Com sua capacidade de mobilização e articulação, eles continuam sendo fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres.

O Movimento Banco Vermelho: Significados e Impactos

Fig. 01. Banco vermelho na Via Lago.



Fonte: Aline Aparecida Benedito Alencar - Pesquisador (novembro de 2024).

O Movimento Banco Vermelho é uma ação simbólica que surgiu na Itália em 2016, como uma resposta ao crescente número de feminicídios no país, e rapidamente se espalhou para diversos outros países, incluindo o Brasil. A ideia central do movimento é a instalação de bancos vermelhos em espaços públicos, especialmente em praças e centros urbanos, para lembrar as mulheres vítimas de feminicídio.

Esses bancos não servem apenas como memoriais, mas também como pontos de conscientização e reflexão, alertando a sociedade sobre a gravidade da violência de gênero. “Os bancos vermelhos são um símbolo poderoso que materializa a dor e a indignação, criando espaços de memória e de alerta para a necessidade de mudança nas relações de gênero” (Andrade, 2019, p. 92).

O movimento traz consigo um forte apelo visual e emocional, visto que os bancos vermelhos se tornam um ponto de encontro e de sensibilização para a população. Eles são mais do que simples monumentos; representam a luta contra a violência e a misoginia, e a busca por justiça e igualdade para as mulheres. O uso do banco como símbolo é uma metáfora de resistência, onde, em vez de simplesmente lembrar as vítimas, ele também serve para chamar atenção para as causas estruturais do feminicídio e da violência de gênero.

Como ressalta Lins (2020):

A instalação de bancos vermelhos é uma forma de construir memória coletiva, de transformar a dor em ação e de alertar a sociedade para a necessidade urgente de erradicar a violência contra as mulheres. Esse movimento vai além da denúncia, ele se insere no processo de conscientização e mudança cultural (Lins, 2020, p. 112).

Além de ser um símbolo de resistência, o Banco Vermelho promove, por meio de campanhas educativas e ações comunitárias, um espaço de diálogo sobre os direitos das mulheres e a importância de combater o feminicídio. Muitas vezes, as campanhas associadas aos bancos incluem palestras, discussões públicas, e materiais educativos que buscam informar a população sobre os sinais de violência doméstica e as formas de buscar ajuda. Assim, o movimento utiliza o espaço público não apenas para lembrar as vítimas, mas também como um veículo de disseminação de informação sobre a violência de gênero.

A instalação do Banco Vermelho em cidades brasileiras, como Araguaína, visa aumentar a conscientização sobre o feminicídio e o impacto da violência doméstica. Em

Araguaína, a Secretaria Municipal da Mulher (SEMUL) tem apoiado essa iniciativa, integrando a ação com outras políticas públicas de combate à violência de gênero.

O apoio institucional tem sido fundamental para garantir que o movimento não seja apenas simbólico, mas também tenha repercussões práticas na sociedade. Nesse contexto, o movimento se alia a ações de enfrentamento da misoginia, como a capacitação de profissionais de segurança e saúde, além de campanhas informativas nas escolas e comunidades.

Segundo Silva (2018):

A integração do movimento Banco Vermelho com políticas públicas locais amplia a eficácia da ação, criando uma rede de apoio e conscientização que alcança diferentes camadas da população. Ao transformar a memória em ação, o movimento contribui para a construção de um espaço mais seguro para as mulheres (Silva, 2018, p. 145).

O impacto do Banco Vermelho é visível em diversos níveis. Primeiramente, ao gerar uma ampla discussão sobre a violência contra a mulher, o movimento provoca a reflexão sobre as causas sociais e culturais dessa violência. Além disso, a presença física dos bancos em espaços públicos se torna um lembrete constante da necessidade de proteção aos direitos das mulheres, e da importância da participação de toda a sociedade na erradicação da misoginia.

A visibilidade do movimento também tem gerado a adesão de outras organizações e movimentos, que, inspirados pelo exemplo do Banco Vermelho, passaram a organizar eventos de conscientização e campanhas de prevenção ao feminicídio.

Nesse sentido, o Movimento Banco Vermelho tem se mostrado eficaz na criação de uma rede de apoio que envolve tanto as vítimas de violência quanto a sociedade em geral. Ao incentivar as pessoas a se envolverem ativamente na luta contra a violência de gênero, o movimento proporciona um espaço para as vítimas se expressarem, compartilharem suas experiências e denunciarem os agressores. Esse aspecto de empoderamento, tanto das mulheres vítimas quanto da sociedade em geral, é uma das forças motrizes do movimento.

Segundo Barreto (2020):

O Banco Vermelho simboliza uma forma de empoderamento das mulheres, ao transformar a dor da perda em ação coletiva. A partir dele, cria-se um ambiente de apoio e solidariedade, que fortalece a luta contra a violência e o feminicídio (Barreto, 2020, p. 322).

Finalizando, o movimento demonstra como ações simbólicas, quando aliadas a práticas educativas e de conscientização, podem ter um impacto duradouro na transformação das estruturas sociais. O Banco Vermelho não é apenas um gesto de lembrança, mas uma ferramenta para transformar a dor das vítimas em um chamado à ação coletiva contra a violência de gênero. Dessa forma, ele se insere no amplo movimento de mudança social, ao lado de outras iniciativas que buscam erradicar a misoginia e garantir a segurança e os direitos das mulheres.

RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo revelou informações significativas sobre a atuação do Movimento Banco Vermelho em Araguaína, TO, bem como sobre os contextos legais e sociais relacionados à violência de gênero e feminicídio.

A pesquisa bibliográfica permitiu uma compreensão profunda dos conceitos centrais que orientam o movimento, como feminicídio, misoginia e os impactos das ações de conscientização. Já a pesquisa documental forneceu uma base sólida sobre as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres no município e no Brasil.

Por último, a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas e observações nas instituições envolvidas, como a SEMUL e a DEAM, permitiu um olhar mais aprofundado sobre a implementação prática do movimento em Araguaína e os desafios enfrentados pelas mulheres vítimas de violência.

A seguir, serão apresentados os principais achados das duas primeiras abordagens de pesquisa, que formaram a base para a análise empírica posterior.

Achados da Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica permitiu uma análise aprofundada das principais temáticas que orientam a luta contra a violência de gênero e o feminicídio, além de esclarecer a origem e os objetivos do Movimento Banco Vermelho. Através da revisão

de literatura, constatou-se que o movimento é, acima de tudo, um esforço de conscientização social, que busca combater a misoginia e as desigualdades de gênero, contribuindo para o reconhecimento da violência doméstica e do feminicídio como questões estruturais e sociais.

A bibliografia revisada destacou como a visibilidade dessas ações simbólicas pode provocar mudanças nos padrões de comportamento da sociedade e ampliar o alcance de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. A literatura revisada também apresentou dados relevantes sobre a implementação e eficácia de movimentos semelhantes em outros países, como na Itália, Espanha e Argentina, o que ajudou a contextualizar o impacto do Banco Vermelho em Araguaína.

A partir dessa revisão, foi possível entender que a instalação dos bancos vermelhos se tornou um símbolo não apenas de memória, mas também de denúncia ativa, funcionando como um espaço de reflexão para as comunidades sobre a violência de gênero e suas consequências.

No que tange à pesquisa documental, foi possível acessar uma vasta quantidade de materiais que detalham as políticas públicas implementadas em Araguaína para combater a violência contra a mulher. A partir dos documentos obtidos, como relatórios da Secretaria Municipal da Mulher (SEMUL) e da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), observou-se que a cidade tem avançado na construção de uma rede de apoio, mas ainda enfrenta desafios na efetividade de ações preventivas e na formação contínua de profissionais da segurança e saúde. Os documentos também revelaram que o movimento Banco Vermelho em Araguaína tem sido integrado a outras iniciativas municipais, ampliando a visibilidade das ações de enfrentamento à violência de gênero.

Um aspecto importante identificado na pesquisa documental foi a política de capacitação dos profissionais da SEMUL e da DEAM, que envolve, além da sensibilização para os problemas da violência doméstica, a importância de um atendimento humanizado e eficiente para as vítimas. Contudo, a análise dos documentos evidenciou que a efetividade dessa capacitação ainda é limitada pela falta de recursos financeiros e pela necessidade de maior articulação entre os diversos setores envolvidos no atendimento à mulher.

Esses resultados mostram que, embora Araguaína tenha implementado uma série de iniciativas para o enfrentamento da violência de gênero, a aplicação dessas políticas precisa de ajustes e de maior visibilidade nas ações que envolvem o movimento Banco Vermelho. A pesquisa bibliográfica e documental forneceu a base para compreender a relevância desse movimento no contexto local, apontando os avanços e as limitações das políticas públicas em vigor.

Resultados e Análise da Pesquisa Empírica/Campo

Fig. 02. Banco vermelho na Via Lago em Araguaína, TO.



Fonte: Aline Aparecida Benedito Alencar – Pesquisador (2024)

As entrevistas realizadas com as colaboradoras e o colaborador da Secretaria da Mulher (SEMUL) trouxeram contribuições valiosas sobre as ações e os impactos do Movimento Banco Vermelho em Araguaína. A análise dos dados revelou aspectos relevantes sobre a operacionalização das iniciativas, os desafios enfrentados e as expectativas futuras, compondo um panorama estratégico para a continuidade e ampliação do movimento.

Quadro 1. Resultado das Entrevistas com os servidores da SEMUL.

Pergunta	Síntese das Respostas	Respondentes
1. Quais são as principais ações que a SEMUL realiza por meio do Movimento Banco	Ações incluem palestras educativas em escolas e comunidades, instalação de bancos vermelhos em locais estratégicos, campanhas de conscientização e articulação com instituições locais.	AMS, KCS, CCS, BRP, PEP
	"A instalação dos bancos é simbólica, mas provoca reflexões importantes sobre a	

<p>Vermelho para combater a violência contra a mulher?</p>	<p><i>necessidade de combater o feminicídio e a violência de gênero.” – MAS.</i> <i>“As campanhas são fundamentais para alertar as mulheres sobre os direitos que possuem e como buscar ajuda.” – BRP.</i></p>	
<p>2. Como é avaliada a efetividade dessas ações? Existem métricas que utilizam para aferir o impacto?</p>	<p>A efetividade é avaliada qualitativamente, com base no feedback das comunidades e relatos de mulheres impactadas. Falta de métricas quantitativas é um desafio identificado. <i>“O impacto é medido pelos relatos de transformação social, mas precisamos avançar em indicadores mais específicos.” – KCS.</i> <i>“A conscientização cresce visivelmente, mas nem sempre conseguimos associar diretamente os resultados às ações do movimento.” – PEP.</i></p>	<p>AMS, KCS, CCS, BRP, PEP</p>
<p>3. Que tipo de feedback vocês recebem da comunidade sobre o movimento?</p>	<p>Feedbacks incluem relatos positivos de conscientização, pedidos de ampliação das ações e maior engajamento da população masculina. <i>“A população reconhece o Banco Vermelho como um marco na luta contra a violência, mas pede maior visibilidade das ações.” – CCS</i> <i>“Muitas mulheres nos procuram inspiradas pelas campanhas, relatando casos e pedindo ajuda.” – BRP</i></p>	<p>AMS, KCS, CCS, BRP, PEP</p>
<p>4. Quais parcerias a SEMUL têm com outras instituições ou grupos para potencializar as ações do movimento?</p>	<p>Parcerias incluem delegacias especializadas, ONGs locais, escolas públicas, igrejas e secretarias municipais, como saúde e educação. <i>“A parceria com a DEAM é crucial para garantir atendimento adequado às vítimas.” – MAS.</i> <i>“Nosso trabalho é complementado por ONGs e outros movimentos sociais que trazem perspectivas diferentes e enriquecem as ações.” – PEP.</i></p>	<p>AMS, KCS, CCS, BRP, PEP</p>
<p>5. Que expectativas vocês têm em relação ao futuro do Movimento Banco Vermelho e sua capacidade de promover mudanças na sociedade?</p>	<p>Expectativa de maior impacto social, com aumento da conscientização, engajamento de homens e ampliação das ações em localidades mais afastadas. <i>“Esperamos que o movimento se consolide como uma referência permanente contra a violência e inspire ações em outras cidades.” – MAS.</i> <i>“Precisamos de mais recursos e apoio para ampliar o alcance e atingir áreas rurais.” – CCS.</i></p>	<p>AMS, KCS, CCS, BRP, PEP</p>

A análise das informações coletadas nas entrevistas revelou aspectos importantes sobre o Movimento Banco Vermelho e seu impacto em Araguaína. As ações realizadas concentram-se em iniciativas de conscientização, como palestras em escolas e comunidades, além da instalação de bancos vermelhos em locais públicos, que funcionam como símbolos de enfrentamento à violência de gênero.

Essas ações têm gerado reflexões significativas sobre o feminicídio e a misoginia, estimulando o debate na sociedade e promovendo uma maior compreensão sobre o tema. Apesar de seu caráter simbólico, as atividades são amplamente reconhecidas como estratégias eficazes de sensibilização social.

No entanto, a efetividade das ações ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à ausência de métricas quantitativas para medir o impacto das iniciativas. Atualmente, os resultados são percebidos de maneira qualitativa, por meio de relatos e feedbacks informais, que destacam mudanças na percepção social e no engajamento das pessoas com a causa. Essa lacuna na mensuração indica a necessidade de desenvolver indicadores específicos que permitam avaliar o alcance real das campanhas e sua contribuição para a redução da violência contra a mulher.

O feedback da comunidade, por sua vez, tem sido amplamente positivo, com diversos relatos de mulheres que buscaram ajuda após conhecerem o movimento. Apesar disso, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de ampliar a visibilidade do Banco Vermelho e engajar mais homens nas discussões, considerando que a desconstrução da violência de gênero exige esforços coletivos e interseccionais. A população reconhece a importância do projeto, mas solicita maior divulgação das ações realizadas, o que aponta para a necessidade de estratégias de comunicação mais efetivas.

As parcerias institucionais se mostram fundamentais para o fortalecimento do movimento. Colaborações com órgãos como delegacias especializadas, escolas e organizações não governamentais permitem expandir o alcance das ações e oferecer suporte mais completo às vítimas de violência. Essas parcerias têm sido estratégicas para garantir a execução das campanhas e melhorar a assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade, além de contribuir para a articulação de uma rede de apoio eficaz.

Quanto às expectativas para o futuro, observa-se um desejo de ampliar as atividades para áreas rurais e regiões de difícil acesso, além de fortalecer o engajamento comunitário, principalmente envolvendo o público masculino.

O movimento vislumbra também a captação de mais recursos e apoio institucional para expandir suas ações e alcançar uma parcela ainda maior da população. Essas expectativas demonstram otimismo quanto à continuidade e à consolidação do Banco Vermelho como uma referência no enfrentamento da violência contra a mulher.

Quadro 2. Percepções e Desafios no Combate à Violência de Gênero: Respostas da Delegada da DAM em Araguaína

Pergunta	Resumo da Resposta (S.L.S.R.)
1. Quais são os principais desafios que a Delegacia enfrenta no combate ao feminicídio e à misoginia em Araguaína?	Os principais desafios incluem a falta de recursos humanos e materiais, a sobrecarga de demandas e a dificuldade em mudar mentalidades patriarcais enraizadas na sociedade. Além disso, há barreiras culturais que inibem a denúncia, como o medo de represálias e a dependência econômica das vítimas.
2. Como a Delegacia da Mulher colabora com o Movimento Banco Vermelho em suas ações?	A DAM apoia o Movimento Banco Vermelho participando de palestras e eventos de conscientização promovidos pelo projeto. Também fornece dados estatísticos e relatos de casos para subsidiar campanhas, fortalecendo a articulação entre segurança pública e iniciativas comunitárias.
3. A senhora percebe alguma mudança no comportamento da comunidade em relação à denúncia de casos de violência após a implementação do movimento? Se sim, quais?	Sim, o movimento tem incentivado um maior número de denúncias, especialmente entre mulheres que antes tinham receio de buscar ajuda. A conscientização gerada tem motivado um comportamento mais proativo na busca por proteção e justiça, embora ainda haja resistência em alguns grupos.
4. Que tipo de apoio a Delegacia oferece às vítimas que se apresentam após conhecerem o Movimento Banco Vermelho?	A delegacia oferece acolhimento psicológico inicial, orientações legais e encaminhamentos para serviços de proteção social e abrigos, quando necessário. Há um esforço para humanizar o atendimento e fortalecer a rede de apoio às vítimas.
5. Como a senhora avalia a conscientização da população sobre a violência contra a mulher na cidade atualmente?	A conscientização está em crescimento, especialmente entre os jovens, mas ainda é insuficiente em algumas faixas etárias e contextos. Campanhas como as do Banco Vermelho têm sido fundamentais para gerar visibilidade, mas é necessário maior envolvimento do poder público e da sociedade civil.

As respostas fornecidas pela delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DAM) em Araguaína evidenciam uma realidade desafiadora, mas também revelam avanços importantes no combate à violência de gênero e no apoio às vítimas. Entre os principais desafios mencionados, destaca-se a carência de recursos humanos e materiais, uma dificuldade recorrente em órgãos de atendimento especializado.

Essa limitação é agravada pela sobrecarga de demandas e pela resistência cultural presente em parte da comunidade, que perpetua comportamentos misóginos e dificulta a busca por ajuda, especialmente entre mulheres que enfrentam dependência econômica ou medo de represálias.

A colaboração entre a DAM e o Movimento Banco Vermelho surge como uma estratégia relevante para fortalecer ações de conscientização e prevenção. Essa parceria, que inclui a participação da delegacia em palestras e eventos, além do fornecimento de dados estatísticos, reflete a importância de articular esforços entre instituições públicas e iniciativas sociais. A sinergia entre essas esferas tem permitido uma maior visibilidade do problema, ao mesmo tempo em que reforça a percepção de que o enfrentamento à violência contra a mulher é uma responsabilidade coletiva.

Em relação ao impacto do Movimento Banco Vermelho, a delegada observa um aumento significativo no número de denúncias registradas. Essa mudança é atribuída à conscientização gerada pelas campanhas, que têm encorajado vítimas a buscarem ajuda e serviços de proteção. Embora ainda haja resistência em determinados contextos, essa evolução sinaliza uma maior efetividade das estratégias adotadas, especialmente no engajamento de grupos mais jovens.

O apoio oferecido pela DAM às mulheres que recorrem ao serviço após conhecerem o movimento inclui acolhimento psicológico, orientação jurídica e encaminhamentos para serviços de proteção social. Essas medidas humanizadas demonstram o esforço da delegacia em atuar de forma integrada com a rede de apoio local, promovendo um ambiente seguro para as vítimas e fortalecendo sua confiança no sistema de justiça.

A profissional da justiça avalia que a conscientização sobre a violência contra a mulher na cidade tem apresentado progressos, mas ainda enfrenta limitações em algumas faixas etárias e setores da sociedade. Nesse contexto, iniciativas como o Banco

Vermelho são essenciais para manter o tema em evidência e promover mudanças culturais mais profundas.

Apesar dos avanços, é claro que ainda há muito a ser feito, tanto na ampliação das campanhas quanto no fortalecimento das estruturas institucionais que dão suporte às vítimas. Essa análise reforça a relevância de iniciativas conjuntas e contínuas para enfrentar as raízes estruturais da violência de gênero.

De forma geral, as informações analisadas destacam o impacto positivo do Movimento Banco Vermelho em Araguaína, tanto na conscientização da sociedade quanto no apoio às vítimas. No entanto, o fortalecimento das estratégias de avaliação, comunicação e ampliação territorial é fundamental para que o projeto continue gerando transformações significativas e duradouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender as contribuições do Movimento Banco Vermelho no combate à misoginia e ao feminicídio em Araguaína-TO, analisando suas ações a partir de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Os resultados obtidos evidenciam a relevância do movimento como uma ferramenta de conscientização e enfrentamento à violência de gênero, mostrando que iniciativas simbólicas podem gerar impactos significativos na transformação cultural e na mobilização social.

A articulação entre a Secretaria Municipal da Mulher (SEMUL), a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DAM) e o Movimento Banco Vermelho reforça a importância de parcerias institucionais no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

As ações promovidas, como palestras, campanhas educativas e exposições públicas, têm desempenhado um papel crucial na sensibilização da comunidade e no encorajamento de denúncias. O aumento do número de relatos registrados na DAM após a implementação do movimento é um indicativo concreto de sua efetividade e alcance.

Contudo, os desafios enfrentados por essas instituições ainda são numerosos, especialmente no que se refere à superação de resistências culturais e à ampliação de recursos humanos e materiais. Apesar dos avanços no engajamento social, ainda há

setores da comunidade que permanecem alheios à gravidade do feminicídio e da misoginia. Isso reforça a necessidade de estratégias contínuas de educação e conscientização, que contemplem uma abordagem interseccional e envolvam diferentes públicos e faixas etárias.

Este estudo também destaca a importância de aprofundar pesquisas futuras sobre o tema, especialmente no que diz respeito à avaliação de impacto das ações do Banco Vermelho em termos quantitativos e qualitativos. Adicionalmente, é fundamental que o poder público continue investindo em políticas públicas integradas e na formação de profissionais especializados para atender às demandas da rede de proteção à mulher.

Conclui-se que o Movimento Banco Vermelho, apesar de ser uma iniciativa de natureza simbólica, possui um impacto social significativo. Ao promover reflexão, memória e conscientização, ele se estabelece como um importante catalisador para mudanças sociais mais amplas, contribuindo para o combate ao feminicídio e à misoginia, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Helena. **Femicídio e violência de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. **Atlas da violência**: panorama das mortes violentas no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BARRETO, Maria Luiza. **Movimentos sociais e o empoderamento feminino**. São Paulo: Editora Mulheres, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1989.

CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO BANCO VERMELHO PARA O COMBATE À MISOGINIA E AO FEMINICÍDIO EM ARAGUAÍNA-TO. Aline Aparecida Benedito de ALENCAR; Severina Alves de ALMEIDA; Jocirley de OLIVEIRA. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE NOVEMBRO - Ed. 56. VOL. 02. Págs. 30-52. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEISE, Lori L. **Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework**. *Violence Against Women*, v. 4, n. 3, p. 262–290, 1998.

LIMA, Mariana; BUENO, Samira. **Feminicídio no Brasil: desafios para a implementação da Lei 13.104/2015**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 3, 2020.

LINS, Júlia. **A luta contra o feminicídio no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Editora do Senado, 2020.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência contra as mulheres e saúde**. São Paulo: UNESP, 2008.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência contra as mulheres e saúde**. São Paulo: UNESP, 2008.

SILVA, João Carlos. **Políticas públicas e enfrentamento à violência doméstica**. Fortaleza: Editora Justiça, 2018.